

BOLETIM informativo



Mala Direta
Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI
nº 1138
30 de maio a 5 de junho
de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares



Código Florestal A luta continua

- Veja o que a Câmara aprovou
- Agora é no Senado

A opinião do presidente da FAEP, Ágide Meneguette

2 Código Florestal

A luta é no Senado

4 Opinião

De Ágide Meneguette

14 Viagem Técnica

A segunda delegação



Lineu Filho

17 Inovação

Lições do exterior

20 Concurso Soja

Máquinas reguladas

22 Artigo

Inteligência e Ignorância

24 Centro de Distribuição

A logística do SENAR-PR

25 Módulo Fiscal

E Módulo Rural

26 Via Rápida

A Guilhotina, A Broca,
Quem indica?, as Verdades,
a Virgindade do azeite,
Mãe é Mãe e a Dor de dente

28 Cursos

Bovinocultura de leite,
Mulher Atual, JAA, Artesanato,
Desenvolvimento Comportamental,
Cursos e casório

Agora é no Senado

A Câmara reage à pressão e o governo é derrotado

A política tem semelhanças com uma partida de futebol, porque em ambas sempre acontecem lances inesperados e surpreendentes, inclusive gols contra. Quem pacientemente acompanhou na noite do último dia 24 as discussões que antecederam a votação do Código Florestal, comprovou que a separação dos poderes é vital na democracia e a Câmara Federal reviveu seus melhores dias.

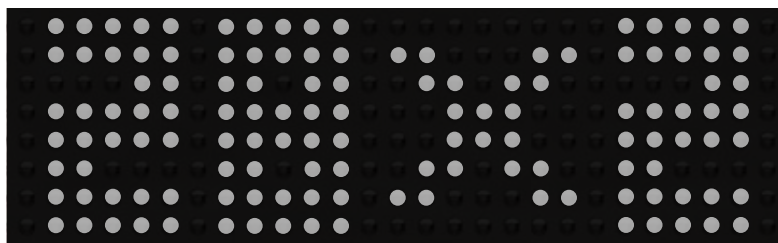
Por 410 votos a favor, 63 contra e uma abstenção, a Câmara Federal aprovou o texto-base do projeto do novo Código Florestal, de autoria do deputado Aldo Rebelo, que estipula regras para a preservação ambiental em propriedades rurais. Foi o primeiro passo. Em seguida, os discursos acenderiam o plenário com os debates sobre a emenda nº 164, do PMDB, aliado do governo, dando poder aos Estados para definir a política ambiental, especialmente as Áreas de Preservação Permanente (APPs), ou matas ciliares dos rios e riachos.

A sólida maioria do governo Dilma Rousseff se esfarelou no discurso do líder do PMDB, Henrique Alves. Ele politizou a discussão num discurso inspirado e emocionado em que defendeu a independência da Câmara aos ditames do Palácio do Planalto. E pediu que sua bancada aprovasse a emenda 164. O plenário vibrou, mostrando o descontentamento da “base” parlamentar de Dilma, que durante a tarde do dia 24 chegou a ameaçar vetar todo o Código (veja páginas 8 e 9). Gol contra o Governo.

Caberia, porém, ao próprio líder do governo, Cândido Vaccarezza, do PT, irritar o plenário e fazer o segundo e definitivo gol contra as redes do governo. “A presidente Dilma considera que essa emenda é uma vergonha para o Brasil, e me pediu para dizer isso aos deputados”. Para decretar a derrota governista, ameaçou: “a Casa não está sob ameaça quando o governo tem a vitória, mas quando é derrotado”. A Emenda nº 164 foi aprovada por 273 a 182 votos, com a derrota governo. Terminou o primeiro tempo. O segundo recomeça no Senado Federal.



Agência Câmara



O voto dos deputados federais do Paraná ao novo Código Florestal (substitutivo do deputado Aldo Rebelo)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 123 - 24/05/2011

Início da votação: 24/05/2011 20h52

Encerramento da votação: 24/05/2011 21h09

Presidiu a votação: Marco Maia (PT/RS)

OS PARANAENSES

Parlamentar	Voto
Abelardo Lupion	Sim 
Eduardo Sciarra	Sim 
Luiz Carlos Setim	Sim 
André Zacharow	Sim 
Hermes Parcianello	Sim 
João Arruda	Sim 
Moacir Micheletto	Sim 
Osmar Serraglio	Sim 
Reinhold Stephanes	Sim 
Cida Borghetti	Sim 
Dilceu Sperafico	Sim 
Nelson Meurer	Sim 
Rubens Bueno	Sim 
Sandro Alex	Sim 

Parlamentar	Voto
Giacobo	Sim 
Leopoldo Meyer	Sim 
Edmar Arruda	Sim 
Nelson Padovani	Sim 
Takayama	Sim 
Alfredo Kaefer	Sim 
Luiz Nishimori	Sim 
André Vargas	Sim 
Angelo Vanhoni	Sim 
Assis do Couto	Sim 
Dr. Rosinha	Não 
Alex Canziani	Sim 
Rosane Ferreira	Não 

Votação Final

 Sim: 410

 Não: 63

Abstenção: 1

Total da Votação: 474

Presidente: O compromisso

Ágide Meneguette, Presidente do Sistema FAEP

Ao aprovar o Código Florestal, na madrugada de quarta-feira (dia 25), a maioria dos deputados federais deu uma demonstração de independência que faria Montesquieu tão orgulhoso quanto nós estamos. Parlamento é isto, defesa dos interesses da nação. Temos a certeza que o Senado Federal fará agora a sua parte.

Acompanhando de perto todo o desenrolar das discussões, acordos e votação do substitutivo do deputado Aldo Rebelo me parece muito estranha a posição tomada pelo governo. Os líderes do governo e os humores da presidente Dilma Rousseff indicam que eles firmaram posições contra algo que vem em benefício da nação. Talvez a presidente não conheça o assunto em profundidade, esteja mal assessorada ou, então, queira cumprir compromissos assumidos com facções ambientalistas. Alguém precisa mostrar a ela que o novo Código Florestal não é contra o governo, se por governo se entenda uma entidade que trabalha pelo bem-estar geral do país.

A presidente, através de seus líderes na Câmara, ameaça vetar o Código inteiro ou em parte se o Senado não emendá-lo como ela quer, principalmente no que diz respeito à manutenção das áreas consolidadas nas margens de rios e encostas. Para quem não sabe, a regra da colonização é justamente nas margens dos rios, não apenas pela facilidade de acesso, como pela existência de água. Querem que os produtores rurais estabeleçam matas ciliares de 30 a 500 metros, dependendo da largura do rio, é condenar milhões de pessoas a deixar de produzir e abandonar suas terras. Noventa por cento das mais de cinco milhões de propriedades rurais do país tem até quatro módulos fiscais, que no Paraná é, em média, 72 hectares mas onde a grande ocorrência não chega a 50 hectares. São, portanto, pequenas propriedades. Imaginem obrigar



Se o Governo não entender o bem que o novo Código fará ao país, que o Congresso Nacional continue corajoso e independente para recusar qualquer veto que venha a ser oposto no projeto aprovado pela Câmara Federal.

esses produtores a reconstituir a mata ciliar na largura de 500 metros no rio Iguaçu, Paraná, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Paranapanema; o estrago que isto faria no meio rural; a grande migração rumo à cidade que o cumprimento do Código em vigor acarretaria.

Pela ameaça de veto, a presidente parece ignorar estas dimensões das Áreas de Preservação Permanente. Ignora, igualmente, que no sul, sudeste e nordeste as áreas que o governo deseja que sejam restauradas com florestas, estão sendo utilizadas há séculos. Não haverá, portanto, desmatamento algum; são áreas em plena produção há anos. Onde há desmatamento é na Amazônia e por falta de fiscalização do governo.

Parece, também, haver duas preocupações do governo: uma é um acordo que teria sido feito na última campanha eleitoral para obtenção da neutralidade da candidata Marina Silva. Ora, o governo não pode ter compromisso desta ordem com uma facção: o compromisso é com a nação. A outra

o é com a Nação



Fernando Santos

preocupação é da nossa imagem perante o mundo. Novamente, o governo tem compromisso com o Brasil e deve reafirmar a nossa soberania. O que tem que ser feito para o Brasil deve ser feito, pouco importa o que os outros países ou as ONGs estrangeiras pensem. Por acaso os Estados Unidos e os europeus nos dão satisfações por decisões que eles tomam? De mais a mais, como o novo Código não vai provocar desmatamento – a não ser que o governo continue a não fiscalizar a Amazônia – não temos nada a temer. Afinal continuaremos a ter 62% de nosso território coberto por florestas, como nenhum outro país do mundo tem. E além de tudo, com condições para continuar aumentando a nossa produção agropecuária, obtendo as divisas necessárias para que o país possa importar e pagar seus compromissos.

Se o governo não entender o bem que o novo Código fará ao país, que o Congresso Nacional continue corajoso e independente para recusar qualquer veto que venha a ser posto no projeto aprovado pela Câmara Federal.

Alguém precisa mostrar a ela que o novo Código Florestal não é contra o Governo, se por Governo se entenda uma entidade que trabalha pelo bem estar geral do país.

BOI SONSO, CHIFRADA CERTA

José Sarney, presidente do Senado Federal, tem 81 anos e está na lida política desde 1954. Uma trajetória e tanto que lhe ensinou muitas vezes a agir conforme esse ditado popular que dá título a esse texto. Artiloso e hábil, ele percebeu que o momento político nacional é para bancar o sonso e esperar a poeira baixar na crise provocada pela votação do Código Florestal, na Câmara Federal.

Por isso, declarou que não haverá “regime de urgência” ao projeto de Aldo Rebelo encaminhado ao Senado, onde ele reina absoluto. Isso significa ganhar tempo, burocratizar os canais competentes que obrigatoriamente o texto vindo da Câmara terá de percorrer, entre eles a Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Constituição e Justiça.

Antes, porém, os primeiros cuidados já estão sendo tomados. O relator da Comissão que examinará o texto do Código, indicado e, portanto, de confiança do presidente do Senado, deverá ser Rodrigo Rollemberg, do Distrito Federal.

Para evitar que os produtores desembestem, o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), já pediu publicamente a prorrogação do decreto presidencial que suspende as multas dos produtores rurais que descumpriram a legislação ambiental. Caso a punição comece a valer em 11 de junho, como previsto atualmente. As multas previstas em decreto do ex-presidente Lula e agora articulador do governo é de R\$ 50,00 a R\$ 500,00 por hectare/dia.

Assim, o boi continuará sonso ajudado pela imprensa que afastará temporariamente de sua pauta principal esse tema fundamental para o país. O que os produtores não podem deixar acontecer é, como sonsos, só esperar a chifrada. É melhor bancar o touro para enfrentar o boi.

Helio Teixeira é jornalista



Cândido
Vacarezza

A Divisão na ban

Emenda nº 164 permite aos Estados legislar sobre

“

A presidente considera que essa emenda é uma vergonha para o Brasil, e me pediu para dizer isso aos deputados.

”

Na manhã seguinte à votação do Código Florestal, políticos que estiveram com a presidente Dilma Roussef revelaram a jornalistas, em Brasília, que “ela ficou muito irritada com a aprovação e que vetará trechos do texto que considera equivocados, caso não consiga promover mudanças no Senado”. Não era para menos, porque Dilma, nas últimas semanas, tem atravessado um “inferno astral”, iniciado com as denúncias do jornal “Folha de São Paulo” de que o ministro mais forte do governo, Antônio Pallocci multiplicou em 20 vezes seu patrimônio em apenas quatro anos.

Esse quadro se complicou com a inesperada presença do ex-presidente Lula, em Brasília, reunindo-se com senadores para contornar o problema de Pallocci, algo interpretado como um sinal de falta de articulação política da presidente.

A exasperação de Dilma foi motivada pelo comportamento de seus dois principais líderes na Câmara Federal: Henrique Alves, do PMDB, e Cândido Vacarezza, do, PT e líder do governo.

“Em todo esse período de discussão dessa matéria, não troquei uma palavra com a presidente Dilma, não recebi um telefonema da presidente Dilma. Mas há

Henrique
Alves

Acada do Governo

e APPs e Congresso sobre as áreas consolidadas

um ditado popular que diz: “Vivendo e aprendendo”, disparou Alves. E acrescentou: “Não sou aliado do governo Dilma, eu sou o governo Dilma, eu tenho o Temer, vice-presidente da República, que não foi nomeado, foi eleito”, sustentou.

Ao rebater o discurso do peemedebista, o líder do governo Cândido Vaccarezza retrucou: “A presidente considera que essa emenda é uma vergonha para o Brasil, e me pediu para dizer isso aos deputados”. A frase despropositada do líder petista imediatamente se refletiu no plenário, com vaías que se transformariam em votos contra o governo (273 a 182

pela aprovação da Emenda nº 164).

O relator do Código Florestal, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), pediu ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que cobrasse explicações de Vaccarezza: “Quero que o líder do governo seja interpelado para dizer se confirma que a presidente falou mesmo que esta Casa está votando uma proposta que é uma vergonha”, protestou o relator.

O presidente da Câmara, Marco Maia, que conduziu com serenidade as votações do Código e da Emenda nº 164, preferiu aderir à turma do “deixa disso”. O jogo já estava decidido.

“

Eu tenho o Temer, vice-presidente da República, que não foi nomeado, foi eleito.

”

Reserva Legal

- ❧ O texto permite a regularização da reserva legal de várias formas, mesmo sem adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).
- ❧ Imóveis rurais com áreas de até quatro módulos fiscais (média no Paraná de 72 hectares) não precisarão recompor as reservas legais. Ou seja, vale o percentual de vegetação nativa existente na propriedade até o dia 22 de julho de 2008.
- ❧ Propriedades maiores do que quatro módulos fiscais deverão somar APP mais a Reserva Legal nos 20% exigidos pelo Código.
- ❧ O proprietário que precisar recompor os 20% da vegetação, poderá fazê-lo em até 20 anos segundo critérios do órgão ambiental. O replantio poderá ser feito com espécies nativas e exóticas (não pertencentes ao bioma), em sistema agroflorestal. As exóticas não poderão ocupar mais de 50% do total da área a recuperar, e a reserva poderá ser explorada economicamente por meio de plano de manejo.
- ❧ O proprietário poderá também permitir a regeneração natural da vegetação, ou compensar a área a recompor doando outra ao Poder Público, que esteja localizada em unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária (Servidão Florestal e/ou Condomínio).
- ❧ As áreas que forem usadas para compensar a reserva devem ter extensão igual ao trecho compensado e estarem localizadas no mesmo bioma da reserva, ainda que em outro Estado.
- ❧ Na regra geral, os índices de preservação continuam os mesmos exigidos no código em vigor, 20% na região Sul.

O que mudou



Áreas de Preservação Permanente (APPs)

- ❧ As faixas de proteção em rios continuam as mesmas de hoje (30 a 500 metros em torno dos rios), mas passam a ser medidas a partir do leito regular e não do leito maior.
- ❧ O projeto não considera APPs: As várzeas fora dos limites em torno dos rios, as veredas e os manguezais em toda sua extensão.
- ❧ São protegidas as restingas enquanto fixadoras de dunas ou para estabilizar a vegetação de mangue. Se a função ecológica do manguezal estiver comprometida, o corte de sua vegetação nativa somente poderá ser autorizado para obras habitacionais e de urbanização nas áreas urbanas consolidadas ocupadas por população de baixa renda.

na Câmara



Fernando Santos

Áreas Consolidadas

- Em topos de morros, o novo código permite a manutenção de culturas de espécies lenhosas (uva, maçã, café) ou de atividades silviculturais, assim como a infraestrutura física associada a elas. Isso vale também para os locais com altitude superior a 1,8 mil metros.
- Em áreas consolidadas de APP de rios com largura de até 10 metros é permitida a recomposição de 15 metros de cada margem (mata ciliar).

Reservatórios de água

- O projeto estipula que as APPs tenham tratamento diferenciado conforme o tamanho ou o tipo (natural ou artificial).
- Com menos de um hectare, será dispensada a área de proteção permanente.
- Os reservatórios artificiais formados por represamento em zona rural deverão manter APP de 15 metros, no mínimo, caso não sejam usados para abastecimento público ou geração de energia elétrica e tenham até 20 hectares de superfície.
- Naqueles usados para abastecimento ou geração de energia, a APP deverá ser de 30 a 100 metros em área rural e de 15 a 50 metros em área urbana.

Regularização Ambiental

- O compromisso de regularização do imóvel suspende eventuais punições de detenção e/ou multa que tenham sido aplicadas ao proprietário. A efetiva regularização extingue a punibilidade. A adesão ao programa de regularização deverá ocorrer em um ano (prazo que pode ser prorrogado pelo governo) a partir da criação do Cadastro de Regularização Ambiental (CRA). O cadastro deverá ser criado até três meses após a sanção do novo código. Com o cadastro, o proprietário rural deverá aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) para fins de regularização, manutenção, desde que não esteja em áreas de risco e seja observado critérios técnicos de conservação, solo e água.
- Ao aderir ao PRA, o proprietário que destruiu ou danificou áreas de APP, além do permitido, deverá assinar um termo de adesão e compromisso, no qual deverão estar especificados os procedimentos de recuperação exigidos pelo novo código. Dentro de um ano a partir da criação do cadastro e enquanto estiver cumprindo o termo de compromisso, o proprietário não poderá ser autuado e as multas referentes a desmatamentos serão suspensas, desde que aplicadas antes de 22 de julho de 2008. Depois da regularização, a punibilidade dos crimes será extinta.
- Caso os procedimentos sejam descumpridos, o termo de adesão funcionará como um título executivo extrajudicial para exigir as multas suspensas.
- Cumpridas as obrigações estabelecidas pelo PRA, ou termo de compromisso para regularização ambiental, nas condições estabelecidas, as multas serão convertidas em serviços de prestação, melhoria ou recuperação da qualidade de meio ambiente.
- O poder público deverá criar um programa de apoio financeiro destinado a promover a manutenção e a recomposição de APP e de Reserva Legal. O apoio poderá ser, inclusive, por meio de pagamento por serviços ambientais. É importante o proprietário rural se inscrever no Cadastro Ambiental Rural a ser regulamentado pelo poder público.



Os alertas da FAEP começaram em 2009

(Mas a luta continua)

A FAEP cumpre sua missão de defender o produtor rural paranaense. Já em março de 2009, o presidente da entidade, Ágide Meneguette alertava que um dos maiores desafios do setor agropecuário seria o novo Código Florestal. Debates, reuniões e mobilizações, com o apoio dos Sindicatos Rurais, formaram o mosaico de esclarecimentos aos produtores e à população.

Essas ações, iniciadas pelo interior do Estado (Maringá, Cascavel, Guarapuava, Irati, Cornélio Procopio, Pato Branco e Castro) sediaram encontros com mais de 25 mil produtores. Ao falar a esse mundão de gente, Meneguette dizia: “Precisamos de uma lei permitindo que as matas ciliares (APPs) sejam também contadas dentro da Reserva Legal”.

E arrancava aplausos ao advertir: “produtor não é bandido”, referindo-se às ações truculentas da Força Verde no governo passado que não deixou saudades.

Quando a Câmara Federal instalou a Comissão Especial, em 5 de setembro de 2009, para elaborar os primeiros esboços do novo Código Florestal, liderada por dois incansáveis deputados, o paranaense Moacir Micheletto na presidência e Aldo Rebelo como relator, as ações da FAEP se multiplicaram. Vinte e cinco meses depois, a mobilização iniciada no interior do Estado se transformaria numa grande manifestação em Brasília, em abril passado. A diretoria da FAEP e as lideranças sindicais fizeram marcação cerrada no Congresso até a votação na semana passada. E a luta continua.

Fotos: Arquivo



Cascavel



**Grupo da FAEP
na votação do
Código Florestal,
em Brasília**



Cornélio Procópio

Carla Beck
e da esquerda para direita: Anton Gora;
Ciro Tadeu Alcantara, Guerino Guendalini,
deputado Moacir Micheletto, Francisco Nascimento,
deputado Osmar Serraglio, João Luiz Rodrigues
Biscaia e Ivo Pierin Junior

Maringá



Castro



Guarapuava



Deu no Boletim

Dezoito capas deste Boletim mostraram o andamento dos debates e as ações da FAEP sobre o Código Florestal. A penúltima batalha está nesta edição.

2009



2010



2011



O segundo grupo da Europa

Por Christiane Kremer

Fotos: Sistema FAEP



A Europa é novamente o roteiro de produtores rurais paranaenses e técnicos da área que participam da Viagem Técnica Europa 2011, promovida pelo Sistema FAEP. O segundo grupo, liderado pelo diretor da instituição, Livaldo Gemin, está seguindo a mesma programação da primeira comitiva que retornou ao Paraná no dia 22 de maio, após 16 dias de visitas técnicas a propriedades rurais europeias. A missão já passou pela França, Bélgica e Holanda. Nesta semana, última de viagem, o grupo

percorre as regiões de Colonia, na Alemanha, Bolonha, Tebano, Bolognese, Faenza e Roma, na Itália.

A programação começou com visita a propriedade agropecuária Choqueuse Les Bernards, há uma hora de Paris, na região da Picardia, uma das localidades em que se concentram as áreas rurais da capital francesa. A Federação da Agricultura da França (FNSEA) também esteve no roteiro. Apesar da programação ser praticamente a mesma para os quatro grupos, algumas alterações foram feitas nessa viagem.

e produtores rurais

E o que o embaixador do Brasil na União Européia e o adido agrícola dizem sobre a ação de ONGs para prejudicar o agronegócio brasileiro



Entre as novidades, visita a uma das sedes da empresa Syngenta, na França. Localizada em um prédio moderno, na região tranquila de Guyancourt, em Paris, a Syngenta é líder mundial no desenvolvimento de defensivos agrícolas e terceira no ranking de produção de sementes, que representam, respectivamente 56% e 24% de seu mercado. O Brasil é o segundo maior cliente da Syngenta, sendo responsável por 2 bilhões de dólares do faturamento da empresa.

A empresa apresentou as pesqui-

sas em torno do controle biológico de pragas com a utilização de insetos. Realizados há 25 anos, os estudos são focados em diversas culturas, como legumes, verduras, frutas e flores, cultivados em pequena escala e em estufas. Os produtos disponibilizados pela Syngenta são amplamente utilizados entre os produtores franceses, no entanto, ainda não estão disponíveis no Brasil, mercado que deve ser explorado ainda sem data definida, segundo a relações públicas da empresa, Marie-Cécile Lebas.

O que eles pensam de nós?

A deturpação da imagem do agronegócio brasileiro na Europa é de causar espanto. Há mais de 10 anos instituições privadas europeias, bem estruturadas, realizam campanhas contra os produtos agrícolas brasileiros, disseminando falsas informações na mídia e no Parlamento europeu. Uma política de protecionismo covarde que barra as exportações e suja a imagem do agronegócio nacional. O lobby de ONGs internacionais para prejudicar a agricultura do Brasil, citado diversas vezes neste boletim, é verdadeiro e deve ser combatido com um trabalho de construção da verdadeira imagem do trabalho feito aqui.

Essa é a recomendação do embaixador do Brasil na União Europeia, Ricardo Tavares, e do adido agrícola do Brasil no bloco econômico, Odilson Ribeiro e Silva, que receberam os produtores paranaenses em Bruxelas, na Bélgica. As autoridades brasileiras no exterior vêm trabalhando fortemente para facilitar e destravar as negociações entre os países. A reunião foi o ponto alto das visitas que o grupo fez na Europa durante a semana passada. O encontro surpreendeu as lideranças regionais e se você que pensava que as ONGs eram as únicas pedras nas suas botinas, aguarde as próximas edições do BI.

O lobby de ONGs internacionais para prejudicar a agricultura do Brasil, deve ser combatido com um trabalho de construção da verdadeira imagem do trabalho feito aqui.

De cima para baixo:
A embaixada do Brasil, em Bruxelas;
o embaixador Ricardo Tavares;
o adido agrícola Odilson Ribeiro e Silva

Fotos: Sistema FAEP





Lineu Filho

As lições aprendidas no exterior

Viagens técnicas transformam a propriedade de produtor de leite

Por Katia Santos

Há oito anos o produtor rural e então presidente do Sindicato Rural de Renascença Geraldo Giacomini participou do ciclo de viagens técnicas organizadas pela FAEP, como as que estão sendo realizadas este ano. “Hoje tenho uma vida tranquila em termos financeiros e devo ao Sistema FAEP com as viagens e os cursos que participei. Aprendi muito e com mudanças simples, porém eficientes, melhorei minha produção de leite. As viagens internacionais são uma fonte de conhecimento que nenhuma faculdade oferece”, conta.

Dono de uma propriedade de 117 hectares onde cultivava soja, milho, feijão, aveia e azevém, Giacomini já teve prejuízo com leite. “Nosso clima é muito complicado e aliado a isso a falta de conhecimento me fizeram passar por dias muito difíceis. Comprei errado os primeiros animais, pois não conhecia a qualificação necessária”, diz.

Hoje, aos 65 anos, Giacomini e sua mulher Miraci cuidam exclusivamente da produção de leite e repassaram aos filhos Dilmar e Cledimar os cuidados com a lavoura. O plantel total é de 84 animais, ►►

mas em lactação apenas 43, que produzem 900 litros/dia. Como a qualidade do produto é excelente o produtor vende seu leite para um frigorífico de Santa Catarina, que retira a produção a cada dois dias. “Recebemos atualmente 10% acima do preço divulgado pelo Conseleite devido à qualidade”, revela.

Miraci: Fizemos reformas que ajudam a garantir a higiene do leite

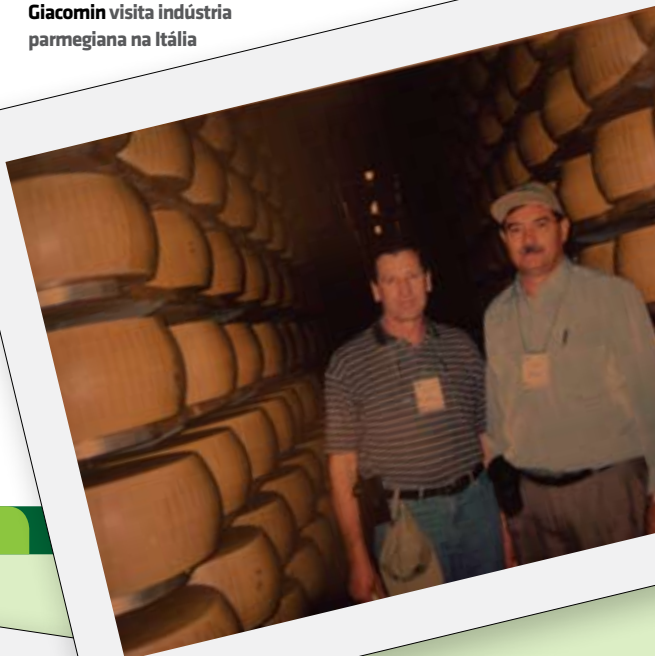


Lineu Filho

As lições das viagens técnicas

A primeira viagem técnica foi para a Argentina em 1999. Como estava no início da atividade leiteira o produtor observou as propriedades. “Com base no que vi adaptei a construção do cocho das vacas

Giacomin visita indústria parmegiana na Itália



Arquivo pessoal

UM HOTEL CINCO ESTRELAS (OU CINCO TETAS)

Que tal um hotel para bezerras da raça Jersey com animais de primeira linha, garantia da produção de leite especial? Pois na região de Francisco Beltrão, os produtores ligados à empresa Primo Queijo estão empenhados nesse objetivo. “Esta é uma estratégia empresarial para produção de leite com maior teor de gordura e proteína essenciais para elaboração de queijos finos especiais. Só se produz um queijo especial com um leite especial”, explica o médico veterinário e diretor técnico da empresa, Milton Yamamoto. As Jersey são as escolhidas pela rusticidade e adaptação ao clima da região.

As bezerras chegam com 11 dias de idade no hotel e permanecem até os 20 meses, quando são entregues aos produtores já prenhas. Com 13 meses elas entram no cio e são inseminadas artificialmente. O hotel é

Arquivo pessoal



Modelo argentino de hotel de Bezerras

para evitar desperdícios com ração. Construí uma plataforma mais alta entre as cangas (local onde os animais se alimentam enquanto esperam para voltar ao pasto) e com isso evito, além do desperdício de ração, o trabalho excessivo com a higiene do local”, conta.

Em 2001 fez outra viagem aos Estados Unidos onde aprendeu que as vacas, depois da ordenha devem ficar em um local seco por no mínimo 15 minutos para que as tetas se fechem evitando infecções. “Com esta técnica de manejo consegui atingir índice zero de mastite”, afirma. Outra descoberta que o agricultor fez nos Estados Unidos foi em relação a produção de milho. “Aqui o produtor aplicava naquela época 10 sacos de uréia por

hectare, quando o milho já estava alto, e olhe lá... Os americanos aplicam mais cedo, com 45 dias e pelo menos três vezes mais do que a gente. Resultado: aumentei minha produção de 100 sacas por hectare para 220 sacas”, explica Giacomini.

Na viagem técnica para a Europa, em 2003, Giacomini visitou propriedades em vários países, mas foi na Itália que conheceu de perto a indústria parmesiana de queijos. “Nesta viagem descobri que não precisamos depender de um número grande animais para produzir queijo, mas de uma propriedade modelo. Fiz muitas adaptações na minha propriedade, ainda falta para atingir este patamar, mas estamos chegando lá”, diz.

Hotel de bezerras

Além das viagens, Giacomini fez cinco cursos do SENAR-PR de manejo e bovino-cultura de leite. Sua mulher, Dona Miraci, já perdeu a conta de quantos cursos do SENAR-PR já fez. “Os cursos ajudam muito a gente, principalmente quando vamos começar uma coisa nova no campo, como aconteceu quando passamos a lidar com o leite”, conta. Outro diferencial da propriedade de Giacomini é em relação aos bezerros machos. “Não abatemos os recém-nascidos, como a grande maioria faz. Criamos para engorda, depois ele vai para o abate e é mais uma fonte de renda”, diz.

Giacomini ocupou a presidência do Sindicato Rural de Renascença por 10 anos e foi também presidente Associação dos Sindicatos Rurais do Sudoeste do Paraná (Assinepar) participando de várias lutas em favor do produtor rural. Por ter a produção de leite bem estruturada, ele está analisando a proposta do Grupo Primo Queijo para a montagem de um hotel para bezerros nos moldes europeus. “Teríamos que construir outro galpão e contratar pessoal. Vamos fazer as contas”, finaliza o produtor. *

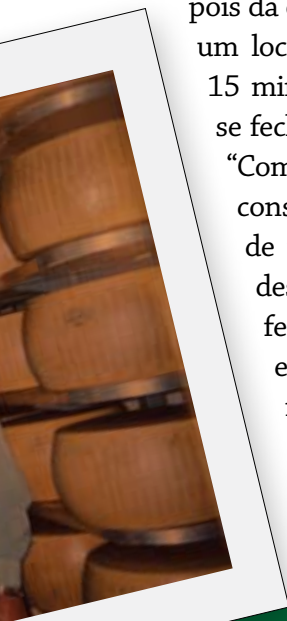


“

Com base no que vi adaptei a construção do cocho das vacas para evitar desperdícios com ração. Construí uma plataforma mais alta entre as canjas (local onde os animais se alimentam enquanto esperam para voltar ao pasto) e com isso evito, além do desperdício de ração, o trabalho excessivo com a higiene do local.

*Geraldo Giacomini,
65 anos.*

”



cinco estrelas (ou cinco tetas) com ração de alto padrão, condições sanitárias, acompanhamento sistêmico de um médico-veterinário, exames, vacinas e pasto de qualidade. “Quando você agrega todas estas condições em um mesmo espaço reduz o custo de produção com a mão-de-obra, por isso o hotel é viável”, diz o diretor técnico.

Todo este investimento vai resultar em uma maior valorização do animal. As bezerras também recebem sêmens selecionados. A produção de leite de uma vaca comum varia de 8 a 12 litros/dia, enquanto que um animal criado em condições especiais pode produzir de 25 a 30 litros/dia. “Com o hotel queremos mostrar aos produtores que vale a pena investir no bem estar animal. Quando ele visualiza o lucro ele se propõe a mudar velhos hábitos de manejo”, finaliza Yamamoto.

Por Katia Santos

Cento e oitenta produtores rurais e prestadores de serviço de 17 municípios participaram do Concurso Regional de Redução de Perdas nas Lavouras de Soja na Região de Francisco Beltrão. O SENAR-PR capacitou 150 operadores direcionados para este evento, através de 12 cursos de regulagem de colhedoras, com oito horas de duração. “Nossa intenção é estruturar e aumentar a oferta dos cursos para o próximo ano”, afirma o supervisor regional do SENAR-PR, Eduardo Marcante. Os produtores foram acompanhados no período da colheita por um grupo de técnicos e lideranças que avaliou o desempenho de cada operador. A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab) estima que a redução das perdas nesta colheita, em relação à safra 2009/2010, foi de 53% ou R\$ 10 milhões de reais.

Foram avaliados 4.436 hectares em 180 lavouras nos 17 municípios da microrregião de Francisco Beltrão. A área medida pelos técnicos corresponde a 2% da área total plantada na região de 228 mil hectares. Além do vencedor regional Cezar Escher, de Capanema, foram eleitos vencedores municipais.

Os vencedores

O vencedor de Francisco Beltrão, Laercio Vigaró, 41 anos, funcionário da Agropecuária Santa Rosa, conta que foi no curso do SENAR-PR que aprendeu a regular cinco níveis da plataforma da colheitadeira. “Antes fazia a manutenção apenas em três itens: na navalha de base de corte, nos dedos do caracol e no molinete. Aprendi no curso que é preciso fazer a regulagem completa incluindo o alinhamento dos dedos do molinete e a regulagem dos dedos do caracol”. Grego para a maioria, simples para quem fez os cursos do SENAR-PR.

Vigaró fez o curso junto com Arno Rosa

Máquinas

Curso do SENAR-PR contribui para reduzir perdas na colheita de soja

Fotos: Lineu Filho



“Apesar da minha experiência eu não sabia fazer a medição para ver quanto estava perdendo. O curso trouxe muita informação boa para a gente”

da Silva, 44 anos, operador há 14 anos na mesma empresa. “Apesar da minha experiência eu não sabia fazer a medição para ver quanto estava perdendo. O curso trouxe muita informação boa para a gente”, argumenta. O gerente administrativo da empresa, Clainor Bottin afirma que o desempenho dos operadores melhorou muito. “No ano passado estimamos que as perdas na colheita ficaram em torno de duas sacas por hectare, este ano com o curso conseguimos reduzir para menos de uma saca por hectare. Este índice é considerado aceitável pela Embrapa”, completa.

Para o operador Celomar José Pimenta, de Marmeleiro o curso do SENAR-PR foi à salvação. Ele trabalha há 15 anos para José

para dar lucro



“

O curso foi ideal pra mim, foi o segundo que fiz do SENAR-PR. Curso nunca é demais e informação não ocupa espaço. O instrutor explica bem e de um jeito que a gente entende.

Celomar José Pimenta, Operador.

”

Francisco Batistella, que adquiriu a colheitadeira NH TC 57. “Eu deixo a operação da máquina por conta dele. Fizemos a primeira colheita de soja com a máquina totalmente de invertida e regulada para milho. Não sei como ela não queimou. A falta de regulagem faz a gente perder tempo e dinheiro. O curso trouxe agilidade e rapidez”, revela Batistella.

Pimenta completa a afirmação do patrão “o curso foi ideal pra mim, foi o segundo que fiz do SENAR-PR. Curso nunca é demais e informação não ocupa espaço. O instrutor explica bem e de um jeito que a gente entende. Se tiver oportunidade quero fazer o curso avançado de Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes com 80 horas em Curitiba”, revela. O patrão de Celomar se empolgou com as informações repassadas pelo peão e também está animado para fazer o curso completo oferecido pelo SENAR-PR, em Curitiba.

Quem organizou e apoiou

Mais de 50 empresas e entidades participaram como apoiadoras do evento. “Foi um grande mutirão que agregou entidades públicas e privadas em torno de um objetivo comum econômico e ambiental em prol da agricultura da região. Reduzir perdas significa aumentar a chance de sucesso, de lucro e ampliar a renda dos produtores”, diz Neri Muraro, chefe do Núcleo Regional da Seab, em Francisco Beltrão. As entidades organizadoras da campanha foram SENAR-PR, prefeituras, Emater, Seab, Clasper, Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), Associação dos Secretários de Agricultura do Sudoeste do Paraná (ASSEMA), Colégio Agrícola do Sudoeste e Embrapa.

*



“

Aprendi no curso que é preciso fazer a regulagem completa incluindo o alinhamento dos dedos do molinete e a regulagem dos dedos do caracol.

Laercio Vigaró, Operador.

”

“Quando a inteligência

A falta de
racionalidade
das ideologias
ultrapassadas

Cleverson Beje

No dia a dia e nos últimos anos temos assistido pregações e iniciativas, normalmente patrocinados com dinheiro público, que não se perpetuam, não passam de modismo, cópia de programas falidos em outros regimes e que tanta perda de tempo tem causado.

Conceitos e opiniões expressam teses que, num país democrático, são importantes na medida que levantam as discussões, enriquecem o conhecimento e clareiam caminhos.

Seguidamente ouvimos conceitos, recebemos mensagens, analisamos teses e temos dificuldade de encontrar fundamento racional em tais pensamentos, talvez baseados em ideologias ultrapassadas, para não conceituar como falidas.

O que nos deixa mais estarecido, é que estes “pensadores” normalmente não defendem suas ideias, mas rotulam outros pensamentos, entidades e pessoas com pensamentos inventados, confundindo pessoas ingênuas, embarcando em conceitos inviáveis que comprometem o seu negócio.

No dia a dia e nos últimos anos temos assistido pregações e iniciativas, normalmente patrocinados com dinheiro público, que não se perpetuam, não passam de modismo, cópia de programas falidos em outros regimes

e que tanta perda de tempo tem causado.

Nosso país tem se destacado nas últimas duas décadas principalmente, gerando superávit na balança comercial, devido a tecnologia e a iniciativa privada. Apesar do governo a agricultura moderna tem impressionado países mais competitivos, mesmo perdendo competitividade quando saímos da porteira. Imaginem se o governo fizesse a sua parte.

O que mais impressiona é que toda a riqueza gerada pela moderna agricultura, irriga os cofres públicos e são usados para financiar os conceitos atrasados. Como o das ONG's inimigas de nosso país e fortalecendo estruturas públicas, que ao invés de remar a favor, criam dificuldades, e quase sempre tentam vender facilidades.

Seguido assistimos a divulgação de “teses isoladas” a favor da semente crioula, agricultura orgânica ou agroecologia, que isoladamente faliriam nosso país, os agricultores e ampliariam a fome no país e no mundo.

Quem defende estas teses tem o olhar

vence a ignorância"



Comunicação Social / LAR

para o passado. É como se fosse um motorista, que ao dirigir olhando pelo retrovisor certamente iria trombar como sempre trombam. Mas também são pessoas que tem a vida ganha. Invariavelmente ganham do erário público, irrigado pelos agricultores brasileiros, e não precisam pagar a conta de seus atos, porque nós contribuintes já pagamos.

A agricultura orgânica, o turismo rural e todos estes conceitos passados serão vitoriosos, quando profissionalmente abordados e houver poder aquisitivo para pagar, uma vez que se constituem nichos de mercado.

Os adeptos, os conquistados e os sobreviventes destes conceitos só sobrevivem porque o erário público paga o imprevisto, socializado entre os modernos agricultores brasileiros. Há um contingente de pessoas que não quer suar a camisa e tem nestes programas uma bolsa família disfarçada, mas que estão sendo iludidos ou tem vocação para a preguiça, que por avançar devagar será alcançada pela pobreza.

Os dias atuais estão nos deixando uma lição. A queda do governo do Egito, da Tunísia e de outros foi turbinada pela fome, devido a falta de planejamento. Há prognóstico de que a fome mundial não vai diminuir e se ampliada vai gerar desestabilização, ameaçando a governabilidade. Guardadas as proporções vivemos este fenômeno em nosso país, com a inflação dos alimentos, devido a falta de profissionalismo de quem deveria ter o dever de ter políticas adequadas.

O Centro de Pesquisas da Syngenta em Santa Tereza do Oeste, como se recorda, foi invadido em 2007 pelo MST e desapropriado pelo governo do estado por também realizar pesquisas com sementes transgênicas. Agora, uma notícia recente nos animou. O Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) declara que vai redirecionar as pesquisas naquele centro, inclusive para pesquisas com transgênicos. Parece uma ironia?

Não, a inteligência venceu a ignorância, a demagogia, o populismo e a irresponsabilidade.

Irineo da Costa Rodrigues,
Engenheiro Agrônomo,
Presidente das Cooperativas
LAR e COODETEC

Assistimos a divulgação de “teses isoladas” a favor da semente crioula, agricultura orgânica ou agroecologia, que isoladamente faliriam nosso país, os agricultores e ampliariam a fome no país e no mundo.

A **logística** para atender mais de **160 mil produtores**

No ano passado 160.836 produtores e familiares participaram de 7.710 cursos do SENAR-PR, que proporciona um leque de 230 opções, que variam da bovinocultura de leite ao Empreendedor Rural. O desenvolvimento de cada curso exige um longo caminho desde a sugestão da ideia, seu planejamento, desenvolvimento para atingir finalmente os clientes do SENAR-PR. Um grande time formado por pedagogos, engenheiro-agrônomo e técnicos especializados realiza esse trabalho, que resulta em material didático analisado, aprovado ou não pelo Conselho Editorial.

Fernando Santos



Da Grande Curitiba a Jardim Olinda (1.409 habitantes-IBGE 2010), o menor município paranaense no noroeste do Estado, os 399 municípios são atendidos. A tarefa de expandir a profissionalização rural é força de um trabalho em conjunto com os sindicatos rurais e parceiros estratégicos. O foco é a qualificação profissional dos produtores, além de Programas específicos dedicados à mulher (Mulher Atual), educação (Agrinho) e juventude (JAA). Atualmente são utilizadas 171 cartilhas na aplicação dos cursos.

Esse trabalho tem um complemento logístico fundamental: a distribuição. Próximo às instalações da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em Curitiba, o Centro de Distribuição (CD) do Sistema FAEP é o responsável pela distribuição dos materiais em todo o estado. “Podemos nos orgulhar do trabalho, porque cumprimos religiosamente os prazos, que são exigidos”, diz Albari José Mielke, coordenador do CD.

Numa área de 480 metros quadrados, todo o material utilizado em cursos, como bolsas, bonés, crachás, canetas, cartilhas, folders, en-

tre outros, são separados cuidadosamente pelo CD para que cheguem ao destino certo: nas mãos do cliente. “Por causa de prazo devemos trabalhar com estoque mínimo, material suficiente para durar três meses”, observa Mielke.

Dicas do Centro de Distribuição

- Os sindicatos checam o total de material recebido; as solicitações pelos sindicatos devem ser feitas com três meses de antecedência; e os materiais devem ser devolvidos em caso de cancelamento do curso.
- Obrigatoriamente os materiais e apostilas que sobram, devem ser devolvidos pelos instrutores.
- Os materiais (canetas, cartilhas, pastas, mochilas, etc) devem ser entregues em perfeito estado;
- Apenas folders, bonés e aventais (na área de alimentação) não precisam ser devolvidos;
- O instrutor não deve doar apostila a quem não participou do curso.

Afinal, o que é módulo fiscal e rural?

Cada 399 municípios do Estado possui o seu módulo fiscal. Veja a classificação pelo tamanho das propriedades rurais

Arquivo



Os módulos sempre estão presentes na rotina do produtor rural. Seja na hora de conseguir um financiamento, seja no início do plantio. Recentemente a questão dos módulos entrou em evidência por causa do Código Florestal. Os jornais tentaram sem sucesso explicar os parâmetros do que seria um módulo fiscal ou rural.

Embora estejam intimamente ligados, o módulo fiscal é uma coisa e o módulo rural é outra. A lei 4.054/64 classifica o segundo módulo como a propriedade familiar ou imóvel rural que, direto e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva toda sua força de trabalho. Ou seja, são as atividades econômicas na propriedade que irão determinar o módulo rural. Isso significa que ele define o enquadramento sindical, como empregador rural ou trabalhador rural.

Já o módulo fiscal (lei nº 6746/79) serve de parâmetro para a classificação do tamanho da propriedade: minifúndio, pequena, média e grande propriedade. Cada um dos 399 municípios do Estado possui o seu módulo fiscal. Por exemplo, em Cerro Azul, a 90 km de Curitiba, um módulo fiscal equivale a 30 hectares. Em Curitiba o módulo é de 5 hectares. No Paraná, a média é de 18 hectares. “O conceito de módulo fiscal é derivado de módulo rural. Na verdade é uma unidade

medida expressa em hectares fixada para cada município considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não-predominantes, sejam significativas em razão da renda ou da área utilizada”, explica Luiz Antônio Finco, do Departamento Sindical da FAEP.

De acordo lei 8.629/1993, a classificação das propriedades rurais acontece da seguinte maneira: minifúndio - que corresponde a uma área inferior a um módulo fiscal; pequena propriedade - apresenta uma área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; média propriedade - uma área superior a 4 e até 15 módulos fiscais, que representa propriedades com limite superior em torno de 250 hectares; e grande propriedade, com uma área acima de 15 módulos fiscais. “O número de módulos fiscais de um imóvel é obtido dividindo-se a área total pelo módulo fiscal do município”, afirma Finco. *

Veja no site da FAEP <http://www.sistemafaep.org.br> os módulos de cada município do Paraná.

Dados do IBGE de 2006 apontam que, no Brasil, 84,4% de propriedades rurais são da agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Além disso, a cada 100 hectares dessas propriedades são criados 15,3 postos de trabalho.



Guilhotina

É um aparelho de decapitação mecânica, inventado no período da Revolução Francesa. Criada por Joseph Ignace Guillotin, em 1738, a guilhotina tinha a finalidade de proporcionar uma morte rápida e sem dor aos condenados à morte. Guillotin defendeu na Assembleia Nacional que esse seria um método mais humanitário, eficaz e igualitário, já que na época os nobres tinham privilégios até na hora de morrer.



Cupulate

É um alimento com o mesmo gosto, mesma textura e mesmas calorias que seu parente famoso, o chocolate. A diferença é que, no cupulate, o cacau é substituído pelo cupuaçu, fruta típica da Amazônia. Os dois pertencem ao mesmo gênero, o que explica as semelhanças. E o cupulate é mais barato.



Verdades

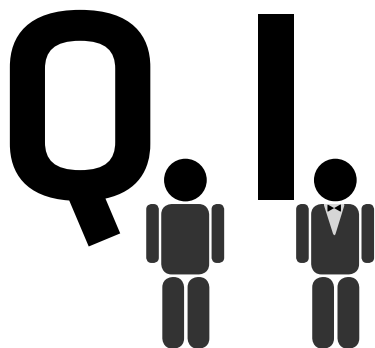
- Todos os cogumelos são comestíveis. Alguns só uma vez.
- A faculdade virou uma instituição financeira que vende diplomas, o aluno é o consumidor interessado em comprar o diploma e, o professor é o cara que quer atrapalhar as negociações.
- Promoção num boteco de estrada: Peça Fiado e ganhe um NÃO!!!
- O amor não é aquilo que te pega de surpresa e te deixa totalmente sem ar. O nome disso é asma.
- A vida não é só dinheiro, existe também cartão e cheque
- Meu Deus, daí-me paciência... mas tem que ser já!
- Ser canhoto é muito fácil, difícil é ser direito.
- Seja paciente com os seus filhos. São eles que vão escolher o seu asilo.
- Um chefe canibal diz ao filho: – Quantas vezes te disseram para não falares quando tens alguém na boca?

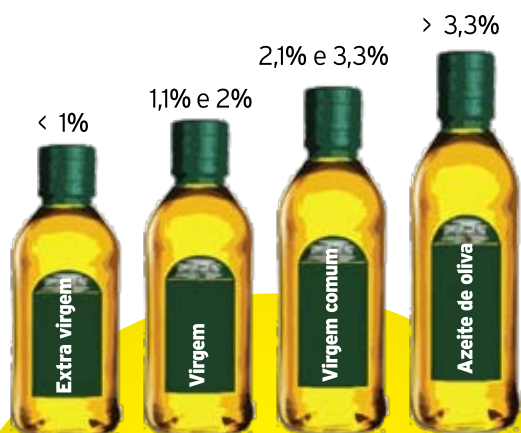
A broca

No início do século XIX surgiu a broca à manivela (mesmo) para enfrentar as cáries.. Depois veio um motor com pedal. Em 1910 surgiu o primeiro motor elétrico. E só na década de 70 é que apareceu o design de “caneta” como nós conhecemos hoje!

Quem indica?

O Quociente de Inteligência, ou simplesmente QI, é o mais tradicional sistema de perguntas e respostas utilizado para avaliar a capacidade de raciocínio de uma pessoa. O teste foi criado na França, em 1904, pelo psicólogo Alfred Binet e seu assistente Theodore Simon. As perguntas procuram detectar se a pessoa é capaz de articular ideias, associar juízos e valores e resolver problemas lógico-abstratos por meio de comparação de figuras geométricas e análise de dados e cálculos. No poder público brasileiro, em especial em Brasília, é o famoso: Quem indica.





A virgindade do azeite

O grau de virgindade do azeite é dado pelas características aromáticas da azeitona. O Conselho Oleícola Internacional adotou uma classificação por critérios objetivos. Segundo essas regras, o azeite é virgem se for extraído por métodos físicos (a azeitona pode ser espremida ou aquecida), nunca com agentes químicos, medindo-se então a concentração do ácido oleico. Se ela for igual ou inferior a 1%, o azeite pode ser rotulado como extravirgem. Entre 1,1% e 2%, o óleo é classificado simplesmente como virgem. Entre 2,1% e 3,3%, é chamado de azeite virgem comum. Se a acidez é superior a 3,3%, o azeite é impróprio para o consumo e precisa ser refinado como o azeite refinado perde o aroma de azeitona, ele geralmente é misturado a um pouco de azeite virgem: surge, então, o produto rotulado como azeite de oliva, sem adjetivo algum.

BEM NA FOTO



A expectativa de Bernard no churrasco de Rudolph, às margens do rio Ivai.

Mãe é Mãe (Capítulo I)

Minha mãe ensinou a valorizar o **sorriso**...

“ME RESPONDE DE NOVO E EU TE ARREBENTO OS DENTES!”

Minha mãe me ensinou a **dar valor ao trabalho dos outros**...

“SE VOCÊ E SEU IRMÃO QUEREM SE MATAR, VÃO PRA FORA. ACABE DE LIMPAR A CASA!”

Minha mãe me ensinou **lógica e hierarquia**...

“PORQUE EU DIGO QUE É ASSIM! PONTO FINAL! QUEM É QUE MANDA AQUI?”

Minha mãe me ensinou o que é **motivação**...

“CONTINUA CHORANDO QUE EU VOU TE DAR UMA RAZÃO VERDADEIRA PARA VOCÊ CHORAR!”

Minha mãe me ensinou a **contradição**...

“FECHA A BOCA E COME!”

Minha mãe me ensinou sobre **antecipação**...

“ESPERA SÓ ATÉ SEU PAI CHEGAR EM CASA!”

Minha mãe me ensinou sobre **paciência**...

“CALMA!... QUANDO CHEGARMOS EM CASA VOCÊ VAI VER SÓ...”

Dor de dente

Nossos antepassados apelavam para métodos bem esquisitos. Caçar uma rã em noite de lua cheia e cuspir dentro da boca do bicho, pedindo que levasse a dor embora, foi uma das sugestões encontradas num manuscrito do século I. Na China do século II usava-se o arsênio, elemento químico que até hoje é empregado em compostos medicinais. Essa substância provavelmente matava o miolo do dente. Dependendo da dose, também o paciente.





Arapoti



Bovinocultura de leite

Produtores rurais do município de Arapoti participaram, no dia 15 de abril, do curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Manejo de Gado de Leite. Após a conclusão das aulas, os 11 participantes pediram novo curso de capacitação: avaliação da conformação de vacas leiteiras.

São João



JAA

No dia 4 de maio, os alunos do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) do município de São João participaram da palestra “Desafios para produzir leite com qualidade”. O tema é do programa “Expedição Via Láctea”, que ocorre em parceria com Sebrae e irá percorrer 51 regiões em seis estados brasileiros. Os alunos foram orientados pela instrutora Nágila Lavorati.

Nova América da Colina



Mulher Atual

As produtoras rurais de Nova América da Colina iniciaram, no dia 17 de maio, o curso Mulher Atual. O curso, que foi lançado na sede da Nova Citrus (Associação de Produtores de Laranja), é uma parceria entre o Sindicato Rural de Cornélio Procopio e a Emater.

Ibiporã



Artesanato

Nos dias 12 e 13 de maio, no Centro de Treinamento Agropecuário do SENAR-PR em Ibiporã, (CTA) realizou o curso piloto avançado Artesanato em Bambu com técnicas avançadas de amarração. O grupo de 13 alunos foi orientado pelo instrutor Jefferson Luis Pereira e pela pedagoga Cristina Arruda Scheff.

Candói



Bovinocultura de leite

Produtores e trabalhadores rurais de Candói participaram nos dias 3, 4 e 5 de maio do curso “Trabalhador na Bovinocultura de Leite – Manejo de Gado de Leite”, ofertado pelo Sindicato Rural de Guarapuava.

Campina da Lagoa



JAA

Os 44 participantes do Programa Jovem Agricultor Aprendiziz (JAA) do município de Campina da Lagoa realizaram, no dia 13 de maio, visita técnica à Expoingá, em Maringá. Na feira, os alunos visitaram a “fazendinha” da Emater e conheceram o cultivo de café, mandioca, bicho-da-seda, entre outros. A visita foi realizada em parceria entre o Sindicato Rural de Campina da Lagoa e a prefeitura do município.

Jundiá do Sul



Cursos e casório

Paralelo ao curso Mulher Atual, em Jundiá do Sul, regional de Santo Antônio da Platina, que foi realizado entre 18 de março e 18 de maio, Kellen Gonçalves Ferreira Buzzo fez o curso de Artesanato em palha de milho, para decorar a recepção do seu casamento. Ela, a mãe e algumas amigas fizeram 750 flores de palha de milho para o casório ocorrido dia 14 de maio. Nas fotos, o charme e a elegância de Kellen com a decoração e ao lado do maridão Wesley J. de Oliveira Buzzo. As instrutoras dos cursos foram Adriane Castanho de Lima Pereira e Antonia Silvane.

Mariluz



Desenvolvimento Comportamental

Nos dias 12 e 13 abril, o Sindicato Rural de Mariluz promoveu o primeiro Curso de Capacitação em Redação Empresarial. O grupo de 13 alunos foi orientado pelo instrutor Geraldo Xavier Silveira.



Fotos: Arquivo

Feijão: mercado de janeiro a abril

Depois de ser considerado o vilão da inflação em 2010, o feijão começou o ano com comercialização lenta e preços em queda, abaixo do custo de produção e do preço mínimo de R\$ 80,00 estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos, com a média do primeiro trimestre variando entre R\$ 62,00 e R\$ 63,56 para saca de 60 quilos do feijão de cor e preto.

A produção da primeira safra, com a colheita terminada em março, foi de 533 mil toneladas no Paraná, com incremento de 9% na produção em relação à safra anterior. O Paraná representou 32% do total de 1,66 milhões de toneladas de feijão produzidas no país.

A partir de março os preços reagiram variando de R\$ 67,00/sc e R\$ 70,81/sc, em abril. No mês de abril os preços médios do feijão preto e de cor, já foram menores em 29% e 8,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

As importações de feijão preto de janeiro a abril somaram 28 mil toneladas, provenientes da Argentina, Bolívia e China, das quais 17,6 mil toneladas (62%) tiveram como destino o Paraná. Em 2010 o acumulado das importações totais de janeiro a abril somava 13 mil toneladas.

Diante do quadro desfavorável a área da segunda safra no Paraná deve reduzir, novamente, agora em 11,5%, segundo estimativa da Conab. No entanto, devido a um aumento de 15% na produtividade, a produção não deve reduzir, mantendo-se estável. No ano passado a redução de 28% na área ocasionou a redução de 19% na produção. (Por Tânia Moreira - Departamento Técnico e Econômico FAEP).

PR cria auto declaração para Licenciamento Ambiental

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) publicou a portaria nº. 090 (05/05/2011), informando a criação da Auto Declaração para Dispensa de Licenciamento Ambiental. O objetivo é utilizar este documento e dispensar o processo de elaboração de licenciamento ambiental para as atividades que se enquadram na portaria.

A declaração pode ser usada para informar aos órgãos de fomento financeiro que as atividades e projetos a serem financiados se enquadram nesta portaria. O preenchimento da declaração fica sob responsabilidade do técnico do empreendimento, agente de fomento, ou profissional devidamente habilitado em seu conselho de classe, em conjunto com o empreendedor.

A listagem completa de atividades que podem usar esta auto declaração (consulte o link) complementam a Resolução Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) nº 051/09.

http://celepar7.pr.gov.br/sia/AtosNormativos/form_cons_ato1.asp?codigo=2438&Impri...



Café: colheita cara

A CNA promoveu, no Sindicato Rural de Abatiá, o painel de custo de produção do programa Campo Futuro. O município de Abatiá foi escolhido para ser o representante do Paraná por ter as características de divisão fundiária com áreas de cerca de 10 hectares na maioria das propriedades e por ter cafeicultores que formaram uma associação que já participou de cursos de Gestão da Propriedade promovidos pelo Senar e pelo Sebrae.

Segundo a assessora técnica da Comissão de Café da CNA, Carolina Bazzilli, o painel foi o mais bem conduzido dentre os realizados no Brasil até o momento. Ela salientou que a organização dos produtores foi fundamental para análise dos custos de produção.

A colheita foi a atividade mais cara da produção. O principal fator de elevação do custo foi o preço da mão de obra que é cerca de R\$ 11,00 por medida, que foi o maior custo do Brasil. O custo da colheita por saca ficou em R\$162,49, o que representa mais de 47% do custo efetivo de produção.

Outro ponto importante na definição do custo por saca foi a produtividade média dos quatro anos. O Paraná possui a maior média de produtividade do Brasil das áreas não irrigadas, 25 sacas por hectare.



Atenção Sindicatos! Inclusão Digital

Dois laboratórios de informática itinerantes estão disponíveis aos sindicatos interessados em fazer inclusão digital entre seus filiados. Basta contatar marcos@senarpr.org.br e fazer a solicitação. O gerente de Planejamento do SENAR-PR, Henrique de Salles Gonçalves informa que os laboratórios serão disponibilizados pelo período necessário, através do Sistema de Informações do SENAR-PR.

Além da inclusão digital, o sindicato poderá utilizar o laboratório para outras ações em que é necessário esse recurso. Eis a chance, mais uma vez, do seu sindicato prestar um bom serviço a seus filiados, colocando-os no mundo digital. Na foto alguns moradores da comunidade de Matão do Caçador e Lageado, ambos no interior de Rio Negro, que participaram dos cursos Básico e Avançado.

Rádio Ondas – FM 87,9

Muito obrigada pela divulgação do Lançamento de Campanha de Vacinação em Imbituva. Só preciso que se possível, seja alterada a frequência da Rádio Ondas, na verdade é 87,9 e não 89,7 como saiu. Obrigada.

Elisiane, secretaria e mobilizadora do Sindicato Rural de Imbituva.

Errata

CCIR – Na edição 1136 deste BI, na pg. 22, cometemos o erro de classificar o Certificado do Imóvel Rural como “CCRI” e não “CCIR”, como é o correto, na nota “Sistema da FAEP capacita sindicatos”

EXPEDIENTE



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



Reprodução

Não bastasse a “via crucis” nos bancos antes de iniciar a lavoura, o produtor enfrenta adversários poderosos e bem municiados ao longo do plantio e crescimento das culturas. A presença de pragas. São lagartas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgões, vaquinhas e entre elas a “maria-fedida”, “fede-fede”, “cafofo”, fede-fede-da-soja, percevejo-da-soja, percevejo-verde, maria-peidona, ou ainda maria fedorenta. Em cada região um apelido. O percevejo verdinho, porém, deixa a sua marca por onde passa.

É impossível não sentir o mau cheiro exalado pelo inseto, pois é uma forma dele se proteger contra os predadores. Basta se sentir ameaçado para que libere sua catinga inconfundível. Ele pertence à grande família dos pentatomídeos, e não é apenas o cheiro da “maria-fedida” (*Nezara viridula*) o problema. É que ela ataca qualquer tipo de planta, principalmente a de soja. Como gosta de sugar a seiva da planta, é comum encontrá-la em frutos, sementes e flores no período da colheita. A proximidade das plantações com áreas urbanas faz com que a “maria fede-fede” invada jardins, casas e até apartamentos sem qualquer cerimônia.

Apesar de exalar mau cheiro, o percevejo não oferece nenhum tipo de perigo à saúde. Espalhado em todo o país é conhecido pela forte resistência à variação climática. Não chegam, porém, a ser

como os habitantes de Curitiba, seres que tem o verão pela manhã, o outono à tarde e dormem no inverno num mesmo dia. O biólogo e entomólogo Jovenil José da Silva disse ao jornal “Folha de Londrina” que as luzes da cidade também são um atrativo para as marias-fedidas. Para evitar que a casa fica tomada pelo mau cheiro, o negócio é a apagar as luzes dos cômodos, forçando a atração do percevejo seja por outras fontes externas. E explicou que não há um produto que possa ser usado para espantar o inseto. Nem mesmo a competição daquele parente “sujismundo” que passa dias se escondendo do chuvaireiro. *

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**

- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTALEm / / Em / /

Responsável _____